

RR 361-43.2010.5.09.0017 – Publicação: DEJT 11.05.2012

Relatora: Ministra Maria de Assis Calsing

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Alimentação de Jacarezinho e Região

Recorrida: Seara Alimentos S.A.

DECISÃO: , unanimemente, conhecer do Recurso de Revista do Reclamante por violação dos arts. 5.º, XXXV, da CF e 11 da Lei n.º 7.347/85, e, no mérito, **verificada a ameaça a direito dos trabalhadores diante da possibilidade de inserção de cláusulas ilegais em instrumentos normativos quanto ao trabalho aos domingos e feriados sem a autorização do órgão administrativo competente, bem como de cláusulas prevendo a cobrança de contribuição confederativa para trabalhadores não associados, dar provimento ao Recurso de Revista para restabelecer a sentença fixada pelo juiz da origem.**

RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA. ABSTENÇÃO DE INCLUSÃO DE CLÁUSULAS COLETIVAS PREVENDO DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS AOS NÃO ASSOCIADOS, BEM COMO DE TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS SEM A COMPETENTE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO. O Ministério Público do Trabalho na defesa de interesses difusos e/ou coletivos pode formular tutela inibitória, ainda que de cunho preventivo, para evitar a lesão a direito dos trabalhadores, notadamente a inclusão de cláusulas que afrontem o ordenamento jurídico nos instrumentos normativos. No caso, o pedido do Ministério Público era para que as reclamadas se abstivessem de (a) firmar instrumentos normativos prevendo autorização para o empregador exigir de seus empregados trabalho em domingos ou feriados civis e religiosos sem a competente autorização do órgão administrativo e (b) determinar que as requeridas **se abstenham de firmar acordos ou termos aditivos** que autorizem descontos de contribuição confederativa incidente sobre os salários dos trabalhadores não associados, **exceto se tais empregados autorizaram livre e expressamente tais descontos, mediante autorização prévia e por escrito.** Recurso de Revista conhecido e provido.